



3267 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

O DESFALECIMENTO SILENCIOSO DAS ESCOLAS MULTISSERIADAS EM RONDÔNIA: RETROSPECTOS E REALIDADE QUE AGONIZAM

Silvana de Fátima dos Santos - PREFEITURA MUNICIPAL
Andressa Lima da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
Josemir Almeida Barros - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
Agência e/ou Instituição Financiadora: Não

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar os fenômenos que desencadearam o fechamento das escolas multisseriadas no estado de Rondônia e os fatores que contribuíram para a polarização das instituições escolares no campo. De acordo com os procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica e empírica. Como instrumento para coleta de dados realizada no primeiro semestre de 2018, utilizou-se a observação em duas escolas no campo localizadas no município de Ariquemes (RO). O texto contextualiza o alastramento das escolas multisseriadas e o processo de polarização aliados a fatores econômicos e sociais vivenciados em em determinados período. Analisa-se as justificativas da Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes (RO) para a polarização das escolas multisseriadas no município. Conclui-se que o processo de fechamento das escolas do campo em Rondônia é permeado por uma inter-relação entre questões agrárias e o direcionamento de políticas públicas que tornam o processo impositivo, uma vez que está a serviço de uma lógica capitalista e traz imbuído em sua essência o poder hegemônico do Estado, excludente do ponto de vista cultural e social e político.

Palavras-chave: Fechamento das escolas multisseriadas. Estado. Polarização.

O DESFALECIMENTO SILENCIOSO DAS ESCOLAS MULTISSERIADAS EM RONDÔNIA: RETROSPECTOS E REALIDADE QUE AGONIZAM

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar os fenômenos que desencadearam o fechamento das escolas multisseriadas no estado de Rondônia e os fatores que contribuíram para a polarização das instituições escolares no campo. De acordo com os procedimentos, trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica e empírica. Como instrumento para coleta de dados realizada no primeiro semestre de 2018, utilizou-se a observação em duas escolas no campo localizadas no município de Ariquemes (RO). O texto contextualiza o alastramento das escolas multisseriadas e o processo de polarização aliados a fatores econômicos e sociais vivenciados em em determinados período. Analisa-se as justificativas da Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes (RO) para a polarização das escolas multisseriadas no município. Conclui-se que o processo de fechamento das escolas do campo em Rondônia é permeado por uma inter-relação entre questões agrárias e o direcionamento de políticas públicas que tornam o processo impositivo, uma vez que está a serviço de uma lógica capitalista e traz imbuído em sua essência o poder hegemônico do Estado, excludente do ponto de vista cultural e social e político.

Palavras-chave: Fechamento das escolas multisseriadas. Estado. Polarização.

Introdução

A propagação das escolas do/no campo^[1] em Rondônia está intimamente ligada à história da colonização do Estado. À medida que famílias imigrantes oriundas de diversos estados brasileiros aqui chegaram na perspectiva de conquistar uma fatia da terra, com a implementação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de projetos^[2] de colonização e regulamentação agrária nas décadas de 1970 e 1980, alastram-se pelas linhas vicinais do Estado inúmeras escolas multisseriadas^[3], emergidas da ânsia dos novos colonizadores em proporcionar o acesso ao conhecimento a seus filhos. No entanto, pode-se constatar que a crescente chamada para a ocupação do espaço Amazônico Ocidental não proporcionou em mesma medida a proliferação de políticas públicas. O reflexo do tratamento atribuído ao campo enquanto espaço de sonhos, de vida e de conhecimento tem sido permeado por interesses antagonicos que, nas últimas décadas, culminaram com a intensificação do fechamento das escolas.

Assistindo o acelerado desaparecimento das escolas multisseriadas e sua consequente polarização^[4], o presente trabalho urge de algumas indagações tais como: que fatores têm sido determinantes para o fechamento e a desativação das escolas do campo no estado de Rondônia? A respeito da consequente polarização das escolas multisseriadas, quais as justificativas utilizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes (RO) para a consolidação desse processo?

Conduzida pelo objetivo de analisar os fenômenos evidenciados no estado de Rondônia que desencadearam o fechamento das escolas multisseriadas nas últimas décadas, a pesquisa iniciou no primeiro semestre de 2018. Quanto aos procedimentos, a investigação se configura como bibliográfica, documental e empírica. Nesse sentido, para embasamento teórico, o estudo bibliográfico recorreu a autores como: Arroyo (2004); Fernandes (2006); Ferreira (2011) Kolling; Nery; Molina (1999); Oliveira (2012) e Souza (2014) que abordam a temática estudada.

No primeiro momento, o texto apresenta uma contextualização dos dados referentes ao processo de colonização ocorrido no Estado. Demonstra-se, por meio de dados referentes a esse período, a predominância da população rural e, posteriormente, a decadência desses índices. Corroboram para com a análise os dados disponibilizados pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população rural do Estado no período; dados econômicos sobre a expansão e a produção da soja; a área de pastagens plantadas e o avanço comparativo do número de cabeças de gado bovino no período investigado. No segundo momento, analisou-se o decréscimo alarmantes das escolas do campo em Rondônia, por intermédio de dados coletados junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre o número de estabelecimento escolares do Estado no período de 1995, 2005, 2010 e 2015. Analisou-se, também, a redução do número de escolas pertencentes ao campo no município de Ariquemes (RO), assim como as justificativas apontadas pela Secretaria Municipal de Educação, em 2005, para o fenômeno da polarização escolar. Realizou-se, ainda, uma observação em duas escolas polo, afim de constatar suas condições de infraestrutura.

1 Economia e escolas do campo em Rondônia: o palco político e as determinações econômicas em cena

Abordar a educação do campo requer uma análise histórica das conjunturas sob as quais esse espaço se constitui, afim de se compreender os fatores que inferem direta ou indiretamente no cenário educacional. Assim, nesta seção faz-se um recorte do processo de colonização do atual estado de Rondônia[5] a partir da década de 1950, apontando dados necessários para a compreensão, na atualidade, da temática investigada.

O processo de colonização de Rondônia está intrinsecamente avivado pelo período militar no Brasil (1964-1985) e segue uma lógica de um tempo demarcado por disputa entre nações, violência, exploração, conflitos, rupturas de programas governamentais, entre outros fatores que endossam a história do Estado. Enquanto as regiões mais desenvolvidas e povoadas do país enfrentavam conflitos relacionados à ocupação da terra, dados da densidade demográfica do IBGE de 1970 apontam para a emergência de ocupação da chamada Amazônia Legal. Ao englobar uma extensão de 59% do território nacional, a região amazônica contava, nesta década, com uma ocupação de apenas 1,5 habitante por quilômetro quadrado.

Neste período foi adotada a política de Colonização Dirigida, que prevaleceu durante todo o governo militar. Essa política atribuía à colonização e o fortalecimento da produção agrícola como saída para a política econômica, o atendimento às urgências para a defesa da terra e a resolução de problemas geográficos, de enfrentamentos sociais e tendo em vista o contributo econômico que o desenvolvimento da região poderia reverter para o país. Para atrair a população, foram realizados chamados com lemas persuasivos como: "Amazônia, Integrar Para Não Entregar" e "Vamos levar o homem sem terra para as terras sem homens". Consequentemente, é notório o salto populacional. Em 1950, Rondônia registrava apenas 530 estabelecimentos rurais, com áreas extensas, tendo em média 1.309 hectares por estabelecimento. Com os incentivos do governo, em busca de terra e acreditando nas promessas de construir um futuro promissor, milhares pessoas partiram rumo ao Território na época, elevando assim o número de habitantes. Pode-se constatar nos dados demográficos do IBGE, entre as décadas de 1950 e 1970, período em que se inicia o processo de incentivo à colonização do Estado, houve um acréscimo populacional de 36.935 para 116.620 habitantes, o que representa uma elevação percentual de aproximadamente 316%.

Entre 1950 e 1980, houve um aumento de 1.140% da população da área rural, de 23.119 habitantes para 263.689 habitantes, em decorrência dos projetos de assentamento implementados no período. No entanto, a partir da década de 1990, nota-se um decréscimo na população do campo.

Se na década de 1950, o percentual populacional do campo representava 62,6%, em 1991 esse índice decaiu para aproximadamente 41,8%; na década de 2000 os dados indicam 38,1% da população vivam no campo; em 2010 apenas 26,4% e dados recentes apontam que 23,7% dos habitantes do Estado pertencem à área rural.

Entre os chamados para a colonização e sua efetivação, as contradições demonstram que:

A colonização na Amazônia é fruto da coerção ideológica que simultaneamente lida com os expropriados e expulsos principalmente da região Sul e com a expansão dos grandes latifundiários (empreendimento agropecuários) incentivados pelo regime militar, os quais não permitiram que a reforma agrária ocorresse no país (FERREIRA, 2011, p. 137).

Assim, em um período em que as condições gerais do país, caracterizadas pela crise econômica enfrentada refletiu no declínio das principais lavouras como café, cacau e seringueira, todas afetadas pelo baixo preço, além da queda do extrativismo vegetal, principalmente a seringueira que não representa mais lucratividade; a escassez de incentivos financeiros do governo e condições de serviços essenciais como saúde e educação, são contributos para a saída do campo em busca da própria sobrevivência.

Embora Rondônia possa ser considerado um estado com um percentual populacional rural significativo em relação aos índices apresentados por outros estados brasileiros, os dados atuais apontam que sua população é majoritariamente urbana (76,3%). Se no período da colonização houve um crescimento acelerado nos índices populacionais com a predominância de ocupação do rural, nas últimas décadas a desapropriação do campo tem acelerado em sentido inverso. A respeito desse fator, Oliveira expõe que o processo de colonização é imbuído por uma lógica contraditória, uma vez que:

[...] o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo. Certamente as maiorias dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra (OLIVEIRA, 2001, p. 190).

A partir da década de 1990, a configuração econômica que se alastra pelo país influencia na economia rondoniense que, esgotando suas possibilidades de exploração dos recursos naturais, abre as portas do estado para o advento de saída do homem do campo, o aumento da concentração de terras nas mãos de poucos, além da mudança da base econômica extrativista para a agropecuária, consequentemente a expansão do agronegócio.

Dados do Censo Agropecuário do IBGE (2006) apontam que em 1970, 2,51% das terras de Rondônia eram ocupadas por pastagens plantadas. Nesse período o Estado possuía 23.125 cabeças de bovinos. Em 1985, 14,58% das terras eram de pastagem e o Estado computava 5.273.372 cabeças de bovinos. Já no último Censo Agropecuário (2006) o percentual de terras chega a 54,44%, com 41.060.384 bovinos. Dados recentes dão conta que o Estado representa um potencial na concentração de gado bovino, com uma criação de ocupa o sexto lugar em número de cabeças e o quinto maior exportador de carne bovina, conforme nota:

[...] a agropecuária de Rondônia está entre as mais fortes do país [...] na região Norte, o estado é 3º maior produtor de arroz, o 2º de milho, o 3º de soja e o líder na carne bovina e leite. O rebanho é o 6º maior no país e segue em crescimento [...] vem da agropecuária 90% das exportações do estado (G1 RONDÔNIA, 2017).

Vale ressaltar que a soja tem ganhado espaço na última década no Estado. Nos dados do censo do IBGE (2008-2016) constam que em 2008 eram 111.426 hectares no Estado destinado ao plantio desta lavoura que produziram 356.836 toneladas do produto. Os dados do censo de 2016 apontam que a lavoura se expandiu para a produção de 759.928, assumindo uma área de 246.171 hectares, ou seja, mais que dobrou a área utilizada e o número de toneladas desde o advento do grão no Estado.

Diante do contexto do cultivo das principais lavouras temporárias, dados divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) apontam que:

A soja e o milho permanecem como principais culturas produzidas no estado. Os dois produtos correspondem a mais de 90% do que é produzido[...] esse aumento de área e produção vem da necessidade de incrementar atividade pecuária, pois as pastagens chegam a um patamar que não remunera mais a atividade, obrigando o produtor a buscar alternativas de recuperação que remunere (G1 RONDÔNIA, 2017).

Ademais, pode-se constatar que atualmente as principais atividades econômicas desenvolvidas no Estado estão localizadas no campo. Do mesmo modo que, tanto o cultivo de lavouras temporárias quanto a criação de gado bovino, são atividades que requerem uma grande extensão de terra. O uso de tecnologias para o plantio, cultivo e colheita das lavouras, assim como os cuidados com os bovinos, são atividades que demandam pouca mão de obra. Assim, a concentração de grande extensão de terras na mão de poucos, o uso das tecnologias em substituição ao trabalho do camponês e as condições de acesso ao conhecimento postas aos filhos de camponeses são fatores que implicam diretamente na desapropriação daqueles que já não têm mais a terra como mecanismo para a própria sobrevivência.

2 Fechamento das escolas do campo em Rondônia e polarização das escolas multisseriadas no município de Ariquemes (RO): controvérsias que se entrelaçam no mesmo enredo

Nessa seção busca-se realizar uma análise do da redução alarmante do número de escolas públicas localizadas na área rural no estado de Rondônia e os fatores inferem diretamente nesses índices, assim como as justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes (RO) para a polarização das escolas multisseriadas.

Conforme apontamentos, embora tenha ocorrido uma queda significativa da população rural em Rondônia entre 1991 e 2000, em conformidade com os dados do INEP referente a 1995, nesse período o Estado possuía cerca de 1.990 escolas que atendiam até 30 alunos. Embora não especificado no censo a localização geográfica das mesmas, na interpretação realizada em comparação a anos posteriores e de acordo com o quantitativo de alunos, deduz-se que a maioria estavam localizadas na área rural, devido o número de matrículas, 34.466, que representa um quantitativo de 17,3 alunos por escolas, além das condições dos municípios rondonienses, no período, que não dispunha de muitos estabelecimentos urbanos.

Todavia, no cenário educacional, esse período culminou com a aprovação da Constituição Federal (CF) de 1998 e posteriormente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 que prescreve a descentralização e a municipalização da educação e a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Ao que tange a educação básica, os municípios devem manter a cooperação técnica e financeira com os Estados e a União, através dos programas de educação infantil e de ensino fundamental.

Diante dos ditames dos aparatos legais^[6], os municípios têm autonomia para definir normas para a oferta do ensino e metodologias pedagógicas de acordo com suas peculiaridades. No entanto, o financiamento da educação básica fica aquém do necessário. Ao ser responsável pela educação infantil e a primeira fase do ensino fundamental (1º ao 5º ano) em Rondônia, o sistema municipal de ensino também herda não somente a responsabilidade pela manutenção das escolas do campo, mas também a responsabilidade pelo transporte de alunos e de professores, para que atendam as demandas de garantia de acesso ao ensino fundamental gratuito e obrigatório. Desse modo, muitas são as implicações apontadas como inferências que enfraquecem o ensino no campo. Em contrapartida, na investigação realizada junto à Secretaria Municipal de educação de Ariquemes (RO), percebe-se que há uma descontinuidade nos programas de governo que afetam diretamente a educação do campo

A respeito da importância e as medidas a serem adotadas para o favorecimento e direcionamento do ensino do campo, Arroyo defende que:

Consequentemente, dar prioridade na agenda da política pública a existência física de escolas do e no campo, no contexto cultural e social onde a infância e adolescência se sociabilizam. Definir responsabilidades políticas mais precisas dos diversos entes federativos. Não deixando a Educação do Campo a indefinição de responsabilidades. Definir normas mais compulsórias de aplicação dos recursos, de fixação de um corpo profissional qualificado e permanente liberado dos interesses das barganhas políticas e das forças localistas. Definir uma estrutura adequada, própria de organização do trabalho nas escolas do campo. Definir estatutos de magistério do campo: concurso, salário, qualificação permanente, estabilidade, carreira etc. de modo a deixar um corpo mais estável e mais identificado com as formas de viver, com os valores e a cultura dos povos do campo. Sem essas bases sólidas a Educação do Campo continuará tão vulnerável quanto esteve em sua triste história. (ARROYO, 2004, p.107).

Contrastando a afirmativa com a realidade investigada, nota-se que estão elencados na justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes (RO), elementos que dizem sobre a inviabilidade das escolas multisseriadas e sua conseqüente polarização. Esse discurso aos poucos naturalizado e engendrado como problema que só seria solucionado com a polarização ou nucleação desses estabelecimentos de ensino. Dentre esses fatores mencionados, estão: carências existentes na infraestrutura das instituições escolares do campo; a precariedade de formação dos professores; a falta de recursos humanos e materiais; a dificuldade de acompanhamento por parte das Secretarias Municipais de Educação das escolas devido a distância dos centros urbanos, entre outros que reforçam o ideário do atraso do ensino no campo. Ora, mas não seriam essas deficiências ocasionadas pelo descaso atribuído à educação do campo? Não caberia a iniciativa do próprio governo suprir essas carências do ensino no campo?

Nesse sentido, percebe-se uma contradição quanto as problemáticas relacionadas ao ensino no campo e o que deveria ser feito. Afim de dar condições para suprir as necessidades, percorre um caminho inverso, desativando as escolas multisseriadas e conduzindo os alunos até instituições polarizadas. Assim, ainda que implicitamente, essa decisão política está imbuída de sentidos que são ideologicamente planejados visando o enfraquecimento do campesinato e o alastramento do agronegócio. O dever do Estado em ofertar o ensino, é cumprido, muito embora as condições postas para que o aluno do campo chegue até a escola não ocupe centralidade nas discussões e providências da agenda de governo.

A respeito do processo de polarização das escolas multisseriadas, a partir da década de 2000, acertado o discurso de contenção de gastos e a melhoria da qualidade do ensino ofertado, aliado à situação econômica e os conflitos agrários no Estado, os municípios rondonienses intensificam a aglomeração de alunos pertencentes às linhas vicinais em todo o Estado em escolas polos ou núcleos, reduzindo drasticamente o número de escolas no campo, conforme demonstra a tabela 1 que apresenta o quantitativo de escolas urbanas e rurais por dependência administrativa no período compreendido entre 2005, 2010 e 2015:

Tabela 1 – Quantitativo de escolas por localização e dependência administrativa em Rondônia: 2005, 2010 e 2015.

Anos	Localização/ dependência administrativa							
	Urbana				Rural			
	Federal	Estadual	Municipal	Nº	Federal	Estadual	Municipal	Nº
2005	-	297	234	531	2	85	1.418	1.505
2010	1	309	288	598	2	103	608	713
2015	5	295	326	626	2	145	384	531

Fonte: INEP. Censo 2005; 2010;2015. Dados organizados pelos autores.

Evidentemente, os dados referentes ao fechamento das escolas do campo em Rondônia nesse início de século são alarmantes. No período investigado, entre 2005-2010, houve uma redução de 52,7% das escolas. E entre 2005-2015 verifica-se que 64,8% das escolas do campo foram desativadas.

Pode-se constatar, ainda, que houve um avanço no número de escolas mantidas pela rede estadual de ensino no campo, que é responsável pela oferta do ensino médio e, em regime de colaboração com a rede municipal, o ensino fundamental. No entanto, a maioria dos estabelecimentos desativados era de competência administrativa das Secretarias Municipais de Educação e deveriam, no entanto, atender alunos da educação infantil ao ensino fundamental.

Outro fator que nos chamou a atenção está relacionado à elevação do número de escolas urbanas mantidas pelas Secretarias Municipais de Educação no período entre 2005-2015, que obtiveram um acréscimo de 27,3%, possivelmente para servirem de escola núcleos.

Ao tratar da educação do campo, sabe-se que a mesma representa muito além do ensino formal, uma vez que “[...] com o fechamento das escolas, muitos pais acabaram se mudando para a cidade, receosos de mandarem seus filhos pequenos para longas viagens em transportes sem segurança, nas madrugadas” (SOUZA, 2014, p. 165). Assim, percebe-se que a negação de acesso ao conhecimento em instituições próximas aos lares, tem se tornado, ideologicamente, um dos mecanismos que favorece a expulsão das famílias do campo.

Outro propósito da pesquisa voltou-se para a investigação das justificativas apresentadas pela Secretaria Municipal de Educação para a consolidação do processo de polarização das escolas do campo no município de Ariquemes (RO). Para isso, realizou-se uma análise do número de escolas do campo pertencentes ao município nos anos de 2005 e 2018. Pode-se detectar que no início de 2005 o município dispunha de 83 escolas multisseriadas que atendiam 1.172 alunos, uma média de 14 alunos por escola. A partir desse ano, gradativamente foi intensificado o processo de polarização reduzindo drasticamente o número de escolas.

Dados do ano letivo de 2018 apontam que o município dispõe de apenas 6 escolas polos. Sabe-se que esse processo também não tem ocorrido de forma harmoniosa no município. Embora o fechamento das escolas seja feito de modo impositivo no município, existe/existiu por parte dos camponeses e professores a manifestação de resistência. Isso fez com que somente 40 das 83 escolas existentes em 2005 fossem polarizadas inicialmente. Em 2018, apenas 4 dessas escolas multisseriadas reluta por sua existência. Embora tenham nomes fantasias diferentes, esses estabelecimentos são vinculados às escolas polos nos aspectos administrativos, pedagógico e financeiro. As escolas polos computam 1.561 matrículas no ano letivo de 2018, o que tem representado um avanço no número de matrículas, embora se saiba que uma dessas 6 instituições corre o risco de ser desativada em breve.

Teve-se acesso, também, a um registro feito pela Secretaria Municipal de Educação, produzido no ano de 2005, que relata e pontua a consecução dessa ação. Dentre os motivos elencados para justificar o processo, encontra-se:

Mediante ao isolamento existente entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem das multisseriadas, era necessário possibilitar aos mesmos maior integração. Com a polarização, a ampliação dos eventos culturais e esportivos, a expansão da visão do mundo dos discentes e docentes, o acesso aos recursos tecnológicos, mais capacitação e subsídios ao professor oferecidos pela equipe de apoio pedagógico, materiais didáticos e recursos tecnológicos, a oferta de espaço físico mais adequado, ou seja, garantia de qualidade de vida aos alunos e aos profissionais (ARIQUEMES, 2005, p. 2).

A partir dessa afirmação, percebe-se o distanciamento da fundamentação de tal justificativa e a realidade. Se antes, a convivência em salas multisseriadas propiciava a interação das crianças com sujeitos de diferentes idades, o que torna o ambiente, do ponto de vista pedagógico, instigante para o desenvolvimento da criança, na polarização essa criança é colocada em uma sala de ensino seriado, com uma rígida organização, o ensino fragmentado, após um longo trajeto enfrentando estradas precárias, transportes que colocam sua vida em risco, além do distanciamento do seio da família, enquanto se afirma que isso é feito em prol da “garantia da qualidade de vida aos alunos e profissionais”.

Tais afirmativas, leva a presunção de que as justificativas que abarcam a polarização das escolas do campo no município de Ariquemes (RO) não se difere muito da realidade presente em todo o Estado.

Percebe-se, ainda, imbricado neste discurso o poder persuasivo e ideológico para convencimento dos pais e responsáveis que a polarização é a melhor solução para a resolução dos problemas relacionados à infraestrutura das escolas, às condições de trabalho de professores e os recursos materiais e humanos, isto posto como garantia da qualidade do ensino. A possibilidade de acesso ao microcomputador é outro ponto colocado no texto como uma inovação redentora para acesso ao conhecimento, onde expõe que:

Devido à sobrecarga de tarefas, os professores das escolas multisseriadas não conseguiam desenvolver um bom trabalho, tornando-se desmotivados a exercer sua função, fato este que, para quem deseja uma educação de qualidade, deixa muito a desejar. Essa situação fez com que a polarização do primeiro ano a quarta série do Ensino Fundamental se tornasse inevitável. Com a polarização esperou-se que todos esses problemas fossem solucionados pois tanto educadores quanto educandos usufruíam de inúmeros benefícios, entre eles o acesso aos recursos tecnológicos informatizados, que incluem-se textos digitados em programas MS Word, slides ou fotos em programas de apresentação [...] entre outros softwares disponíveis e/ou qualquer conteúdo arquivado no computador [...] recursos esses que muito contribuem para o enriquecimento intelectual (ARIQUEMES, 2005, p. 1).

Assim, nota-se que a polarização é posta como a condição necessária para a superação das mazelas e fracassos do ensino. No entanto, as benesses são como “canto da sereia”.

Ao se observar as condições de infraestrutura das escolas polos, constatou-se que os Laboratórios de Informática Educacional dispõem de máquinas obsoletas, que necessitam de consertos, reparos e em número insuficiente para atender o quantitativo de alunos e professores. Os critérios para a lotação de professores não respeitam a formação do profissional, uma vez que para cumprir a carga horária prevista, estes são obrigados a assumirem vários componentes curriculares que não congregam com sua habilitação, requerendo dos mesmos um tempo maior que o disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação para o planejamento e preparo das aulas, tendo estes que levar tarefas para casa. Essa sobrecarga ocasiona a precarização do trabalho docente e, em alguns casos, até mesmo o adoecimento do profissional.

Observou-se que o documento não aborda as problemáticas relacionadas ao transporte escolar, a distância percorrida por crianças ainda muito pequenas e os riscos que essas enfrentam diariamente em estradas de linhas vicinais precárias, dentro de ônibus com manutenção por fazer, em busca de conhecimento.

Mediante a discussão, percebe-se que os argumentos para o fechamento das escolas multisseriadas e, conseqüentemente a polarização, é um contexto permeado por interesses antagônicos. Se, por um lado, o Estado cumpre sua função na garantia de oferta do ensino no campo, por outro lado às condições de acesso ao conhecimento é uma luta diária enfrentada por crianças. Assim, a garantia constitucional do direito à educação representa aos filhos dos camponeses que resistem, um desafio diários, que condicionam sua oferta a interesses hegemônicos. Desse modo, a configuração assumida pelo processo de polarização dos estabelecimentos de ensino, em sua essência não consegue contemplar de forma igualitária a todos, nem cumpre a melhoria da qualidade social da educação prometida, mas é elemento necessário para uma formação deficitária, que tenta emoldurar o camponês de acordo com os interesses políticos e econômicos vigentes.

Conclusão

No decorrer desta investigação é clarificado que o ensino do campo tem representado uma arena de interesses antagônicos na agenda de governo. Se em meados do século passado os esforços direcionavam à colonização da região, emerge a propagação de escolas multisseriadas na perspectiva de acoplar o homem à terra. Já no período de transição de século, a mudança evidente de uma econômica extrativista e camponesa não resiste ao alastramento do agronegócio e seus mecanismos. A delimitação do campo em latifúndios não necessita de escolas multisseriadas, uma vez que os filhos dos fazendeiros e arrendatários não necessitam das escolas localizadas em linhas vicinais para estudar.

Ao se contextualizar os fatores que avolumam os índices de fechamento das escolas do campo em Rondônia, percebe-se que há uma inter-relação entre questões agrárias - em decorrência não somente de má distribuição e uso da terra que refletem na concentração de lotes de projetos de assentamentos em latifúndios, o que tem impulsionado o alastramento do agronegócio e servindo como trampolim para a desapropriação das famílias de camponeses e, conseqüentemente a aglomeração destes nas áreas urbanas do Estado, o que acarreta outros transtornos sociais - mas conseqüente, não há como descartar a influência de políticas públicas propostas por reformas do estado e da educação. Ainda que latente há uma política que caminha na contramão do fortalecimento da educação do/no campo, refletida no direcionamento de investimento educacional, no tratamento dado ao incentivo de permanência do camponês junto à terra, na organização de escola, no direcionamento pedagógico, que impõe dentre as condições de acesso ao conhecimento longas jornadas cansativas e distorcida da sua realidade, além dos meios de produção da sobrevivência do campo, que são fatores determinantes para a realidade apresentada.

Embora se perceba que haja resistência, o fechamento e desativação das escolas do campo tem sido, em Rondônia e no município de Ariquemes, um processo impositivo que destitui não somente a identidade, o espaço e o direito à educação do/no campo, mas que está a serviço da lógica capitalista, que recorre a fetiches da proposição da polarização das escolas como mecanismo inclusivo e de melhoria da qualidade do ensino ofertado, mas que em sua essência, apresenta o poder excludente do ponto de vista cultural, social e político, o que representa o desfalecimento silencioso da educação escolar do/no campo em Rondônia.

Referências

ARIQUEMES (RO). Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes. Justificativa. Ariquemes: SEMED, 2005. 5 p.

ARROYO, Miguel. Por um tratamento público da educação do campo. In: **Por uma educação básica no campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. V. 5. Brasília, 2004, p. 91-130.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 2005, 2010, 2015**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>> Acesso em: 23 mar. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 27-39.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. A colonização em Rondônia: lutas e perspectivas da agricultura camponesa. **Linguagem Acadêmica**, v. 1, p. 135-156, 2011.

G1 (Rondônia). **5º maior exportador de carne do país, RO vira referência no combate à febre aftosa**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/5-maior-exportador-de-carne-do-pais-ro-vira-referencia-no-combate-a-febre-aftosa.ghtml>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. **Censo demográfico: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 01 dez. 2017.

----- **Censo agropecuário: resultados preliminares**. Brasília, 2006. Disponível em: <<https://www2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>> Acesso em: 03 de maio 2018.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação básica do campo**. Articulação Nacional por uma Educação do Campo. Brasília, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos Avançados, IEA/USP São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

SOUZA, Marílsa Miranda de. **Imperialismo e educação do campo**. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2014.

[1] Neste trabalho utiliza-se a expressão escola/educação do campo e não escola/ educação rural por compreender que esse é um termo político que está intimamente imbricado à luta de classes, uma vez que "[...] a Educação do Campo está contida nos princípios do paradigma da questão agrária, enquanto a Educação Rural está contida nos princípios do paradigma do capitalismo agrário. A Educação do Campo vem sendo construída pelos movimentos camponeses a partir do princípio da autonomia dos territórios materiais e imateriais. A Educação Rural vem sendo construída por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário" (FERNANDES, 2006, p. 37) Desse modo, a partir da perspectiva

apontada por Kolling; Nery; Molina (1999, p. 29) que a definem como uma "educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural".

[2] Foram implementados no hoje atual estado de Rondônia, a partir da década de 1970, os Projetos Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto, Gy-Paraná, Paulo de Assis Ribeiro, Adolpho Rohl e Sidney Girão, compostos por lotes que variavam entre 50 a 100 hectares e os Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) Marechal Dutra e Burareiro, que distribuiu lotes rurais de tamanho médio entre 125 e 250 hectares. A partir de 1981, o INCRA implanta Projetos de Assentamentos Rápidos (PAR) que distribuiu lotes com áreas de 100 hectares.

[3] Utilizou-se no texto termo escolas multisseriadas para caracterizar os estabelecimentos de ensino pertencentes à área rural do Estado localizados geralmente em linhas vicinais e construídos pelo poder público ou pelos próprios moradores. Quanto à organização, estes aglomeravam em uma mesma classe alunos de séries/anos diferentes sob a responsabilidade de um só professor. De acordo com o período abordado, esses estabelecimentos atendiam necessariamente alunos dos anos/séries iniciais do ensino fundamental uma vez que, conforme levantamento realizado, o atendimento à educação infantil na área rural só ocorreu mais tardiamente, após a desativação das escolas multisseriadas e a polarização das mesmas que culminou, neste período, com a obrigatoriedade de oferta da educação infantil.

[4] Polarização é o termo utilizado para caracterizar o processo de aglomeração das escolas multisseriadas em um mesmo estabelecimento de ensino da área rural.

[5] Em 1950, o espaço geográfico do atual estado de Rondônia, neste período era denominado Território Federal do Guaporé, passando, em 1956 para Território Federal de Rondônia e, em 1981 elevado a estado de Rondônia.

[6] Não é objetivo da pesquisa realizar um aprofundamento sobre as políticas públicas educacionais e as direcionadas para a educação do campo neste trabalho, mas apenas apontar as regulamentações que desencadearam o processo de polarização/nucleação escolar.